



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Análise de Compliance

O Caso Banco Espírito Santo

Trabalho Final na modalidade de Dissertação apresentado à
Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Auditoria e Fiscalidade

por

Alexandra Fernandes Gonçalves

sob orientação de
Professora Doutora Luísa Anacoreta

Católica Porto Business School
Dezembro 2017

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Professora Doutora Luísa Anacoreta Correia, pelo incentivo, dedicação e disponibilidade ao longo de todo o processo. O seu apoio e os seus conselhos foram essenciais. O meu profundo obrigada, pela sua orientação e por me mostrar sempre o melhor caminho a seguir.

Aos meus pais, familiares e amigos por estarem sempre presentes, pela compreensão, apoio e paciência em todos os momentos.

Ao Daniel pela sua capacidade de acreditar e motivar mesmo quando tudo parece impossível.

Resumo

A presente dissertação destina-se a apresentar uma análise da conformidade das práticas de relato de uma instituição financeira nacional com a regulamentação contabilística na Europa, mais precisamente sobre o caso Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”), dado os acontecimentos ocorridos recentemente. Em Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”), enquanto entidade reguladora, tem dado especial enfoque à conformidade das exigências previstas nas *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) por parte das empresas cotadas. Neste sentido, a presente análise será realizada tendo por base os Relatórios e Contas do BES nos anos de 2012, 2013, bem como o Relatório Semestral de 2014, avaliando a conformidade destes com as Circulares de Prestações de Contas Anuais, emitidas e publicadas pela CMVM. Da presente análise conclui-se que o grau de conformidade das contas do Banco Espírito Santo não foi total ao longo do período da análise.

Palavras-chave: Banco Espírito Santo, S.A.; Grau de Conformidade; Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; IFRS.

Abstract

This thesis aims to present an analysis of the reporting practices' conformity from a national financial institution with the European accounting regulation, more specifically the case Banco Espírito Santo ("BES"), regarding the events recently occurred. In Portugal, the Securities Exchange Market Commission ("CMVM"), while regulatory entity, has given special emphasis to the compliance with the *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") requirements, by listed companies. In this regard, this analysis will be based on the BES' annual reports of 2012 and 2013 as well as the half-yearly report of 2014, evaluating its compliance with the statutory annual accounts circular, issued and published by the CMVM.

From this analysis we concluded that the Banco Espírito Santo compliance level was not complete during the years studied.

Keywords: Banco Espírito Santo, S.A.; Compliance; Securities Exchange Market Commission; IFRS.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Índice	ix
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Quadros	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1 - Revisão de Literatura.....	3
Capítulo 2 - Metodologia	15
Capítulo 3 - Análise do Caso BES.....	19
3.1 Breve História do BES	19
3.2 Estrutura do Governo Societário do BES	21
3.3 Análise do grau de cumprimento das IFRS, através das recomendações emitidas pela CMVM	24
3.3.1 Recomendações da CMVM.....	24
3.3.3.1 IFRS 3.....	26
3.3.3.2 IFRS 7.....	36
3.3.3.3 IFRS 8.....	41
3.3.3.4 IFRS 13.....	43
3.3.3.5 Análise do Relatório e Contas Semestral 2014.....	47
Conclusão.....	53
Bibliografia	57

Índice de Figuras

Figura 1 - Estrutura de Governo Societário do BES	21
Figura 2 - Annual Report & Consolidated Financial Statements (2013)	34
Figura 3 - Montantes de activos e passivos de nível 3 do BES (2012 e 2013)..	46

Índice de Quadros

Quadro 1 - Cumprimento IFRS 3 (2012)	30
Quadro 2 - Cumprimento IFRS 3 - BES Vida (2013)	31
Quadro 3 - Cumprimento IFRS 3 - BESV (2013)	32
Quadro 4 - Diferenças do Resultado do BESV	34
Quadro 5 - Cumprimento IFRS 7 (2012)	37
Quadro 6 - Cumprimento IFRS 7 (2013)	38
Quadro 7 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Crédito (2012 e 2013)	39
Quadro 8 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Mercado (2012 e 2013)	40
Quadro 9 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Liquidez (2012 e 2013)	40
Quadro 10 - Cumprimento IFRS 8 (2012 e 2013)	42
Quadro 11 - Cumprimento IFRS 13 (2013)	44
Quadro 12 - Cumprimento IFRS 7 - Geral (2014)	48
Quadro 13 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Crédito (2014)	48
Quadro 14 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Mercado (2014)	49
Quadro 15 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Liquidez (2014)	49

Introdução

A crise financeira sentida nos últimos anos a nível mundial teve um impacto bastante significativo em Portugal, despoletando graves dificuldades de natureza financeira na esfera empresarial portuguesa originando inúmeras reestruturações e reorganizações empresarias, e até mesmo processos de dissolução e insolvência.

Por estes motivos, instalou-se um nível de preocupação crescente relativo à existência de mecanismos de controlo da qualidade da informação financeira adequados, no sentido de acompanhar e antecipar semelhantes processos por parte das entidades reguladoras.

Em Portugal, a CMVM, enquanto entidade reguladora, tem dado especial enfoque à conformidade das exigências previstas nas IFRS por parte das empresas cotadas. As IFRS assumem cada vez mais um papel de destaque como normativo europeu de harmonização das demonstrações financeiras consolidadas, no sentido de aumentar a qualidade e comparabilidade da informação financeira.

Neste contexto, pretende-se, com este estudo, analisar as práticas de relato de uma instituição financeira nacional, dado o setor financeiro apresentar distintos níveis de conformidade com regulamentação contabilística na Europa. Neste sentido, e tendo em conta o processo de crescimento e dissolução que se observou recentemente, bem como a eventual surpresa com que o mercado de capitais foi reconhecendo esta situação, seleccionou-se para análise o Banco Espírito Santo.

A presente análise será realizada tendo por base as Circulares de Prestações de Contas Anuais e Semestral emitidas e publicadas pela CMVM, dado que, e conforme referido, esta entidade tem dado sinais de preocupação com a conformidade das empresas cotadas e as exigências previstas nas IFRS, bem como os Relatório e Contas do Banco nos anos de 2012, 2013 e do primeiro semestre de 2014, por serem os períodos de relato imediatamente anteriores à sua dissolução.

Posto isto, este estudo pretender responder à seguinte questão de investigação:
“Qual o grau de conformidade das contas do BES com as exigências previstas nas IFRS consideradas pela CMVM mais relevantes?”

Capítulo 1 - Revisão de Literatura

As *International Financial Reporting Standards*, habitualmente denominadas por IAS/IFRS, ou apenas IFRS, foram introduzidas na União Europeia no ano de 2005, aprovadas pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, sendo emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (doravante “IASB”). Esta situação, representa uma das mais influentes alterações nas normas contabilísticas dos últimos tempos.

As IFRS foram adotadas pela União Europeia numa altura em que se discutiam diversos escândalos contabilísticos, ao nível da divulgação da informação financeira de diversas empresas, um pouco por todo o mundo, em especial nos Europa aos Estados Unidos da América, onde em 2001 tinha “rebentado” o caso *Enron* (Healy and Palepu, 2002). Por forma a combater o impacto destas situações, nos Estados Unidos da América foram definidas novas normas de *Corporate Governance*, com vista a garantir a qualidade da divulgação das informações financeiras das empresas. Por outro lado, a União Europeia obrigou, através do já referido Regulamento (CE) n.º 1606/2002, todas as empresas cotadas, a partir do ano de 2005, a divulgar as suas informações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS, bem como estipulou que os Estados-Membros deveriam tomar medidas apropriadas para assegurar o *compliance* com essas normas.

Os objetivos da implementação das IFRS variam consoante a interpretação de diversos autores. Segundo Tendeloo e Vanstraelen (2005), as principais vantagens das IFRS são:

- i. Permitir aos *stakeholders*, especialmente aos investidores, a tomada de decisão tendo por base informação verdadeira, apropriada e fidedigna,

tornando, deste modo, possível a comparabilidade entre empresas de vários sectores de atividade e países distintos, levando à diminuição do risco de investimento, e, conseqüentemente uma redução do custo de capital para as empresas;

- ii. Diminuir os custos resultantes de múltiplas fontes de relato de informação financeira nas empresas cotadas, permitindo uma afetação mais eficiente das poupanças e recursos às empresas a nível internacional;
- iii. Incentivar o investimento a nível mundial;

Por sua vez, Ball (2006) acredita que a adoção das IFRS traz vantagens diretas, nomeadamente no que respeita a:

- i. Rigor – As IFRS transmitem uma melhor compreensão e rigor, quando comparadas com os planos nacionais de contabilidade de cada país. Deste modo, as IFRS irão aumentar a segurança para os investidores no que respeita à fiabilidade da informação financeira;
- ii. Compreensibilidade – A adoção das IFRS mitiga a assimetria da análise da informação financeira entre analistas e investidores, permitindo, deste modo que os pequenos investidores fiquem menos dependentes de analistas profissionais;
- iii. Harmonização – A comparabilidade entre empresas de diversos países é potenciada em larga medida com a implementação das IFRS, alavancando desta forma a harmonização contabilística. Adicionalmente, esta harmonização traduz inúmeras vantagens às empresas de diferentes países e sectores de atividade, ao nível, por exemplo, da realização de fusões/aquisições, beneficiando, deste modo, os próprios investidores;
- iv. Redução de Custos – As IFRS irão mitigar os custos respeitantes ao relato da informação financeira.

Para outros autores como Barlev et al. (2007), Tarca (2005), Cardozzo (2007) e Jermakowicz (2004), a adoção na Europa das IFRS visa promover:

- i. Uma melhoria da qualidade de relato financeiro das empresas dos Estados Membros;
- ii. O aumento da comparabilidade e da transparência entre empresas europeias;
- iii. Uma maior harmonização contabilística entre países europeus e;
- iv. O desenvolvimento de um mercado de capitais único na Europa.

Em suma, a implementação das IFRS potencia alguns objetivos comuns entre autores, nomeadamente a harmonização contabilística, a redução de custos associados ao relato de informação financeira, e a compreensibilidade, comparabilidade e transparência da informação financeira.

A adoção das IFRS tem sido analisada em dois pontos de vista opostos. Por um lado, Barth (2008) argumenta que estas representam padrões de contabilidade superiores quando comparadas com sistemas de contabilidade nacionais, bem como defende que a convergência para um único padrão contabilístico melhora a comparabilidade das empresas, favorecendo assim a adoção das IFRS. Por outro lado, Ball (2006) defende que os padrões de contabilidade superiores não se traduzem, necessariamente, numa melhor qualidade no relato, pois esta depende, em larga escala, não apenas dos padrões de contabilidade, mas também das forças económicas e políticas dos países. Neste contexto, Leuz et al. e Ball et al. (2003), defendem que a qualidade das divulgações é, em última instância, influenciada pelos incentivos ao relato e, conseqüentemente, os padrões de contabilidade, podem registar um impacto mais limitado na transparência da informação, caso os custos de *compliance* sejam demasiado elevados.

Segundo Barth, Landsman e Lang (2008) as empresas que adotem as IFRS mitigam possíveis manipulações de resultados, reconhecem as perdas de forma tempestiva, e proporcionam mais relevância ao valor dos ganhos, considerando isso indicador de uma maior qualidade da informação financeira e do seu reporte. Outros autores, como Byard, Li e Yu, (2011) e Stecher e Suijs (2012), defendem que as IFRS podem contribuir para melhorar o ambiente da informação financeira para os analistas. De salientar ainda que as diferenças entre países influenciam a implementação das IFRS, e conseqüentemente, a qualidade da informação contábilística e da sua divulgação para os mercados (Ball, 2006, Liao, Sellhorn e Skaife, 2012; Stecher e Suijs, 2012).

Segundo Yeoh (2005), a existência de legislação e de organismos de supervisão não garante o cumprimento das normas de contabilidade de divulgação obrigatória. Deste modo, a possibilidade da aplicação das IFRS de forma uniforme em diferentes jurisdições foi fortemente questionada, nomeadamente por Ball (2006), Larson e Street (2004), Nobes (2006), Soderstrom e Sun (2007), Weetman (2006), Zeff (2007). Tsalavoutas (2011) veio abordar estas preocupações com um estudo em que analisa a conformidade com as IFRS das divulgações de 153 empresas gregas cotadas, no primeiro ano de implementação das IFRS.

Tsalavoutas (2011) centrou-se em perspectivas distintas de análise do grau de conformidade, tendo por base de análise o ano da obrigatoriedade de implementação das IFRS. Por um lado, este estudo analisa as alterações na cotação das ações e nos resultados das empresas em 2004, fruto da implementação dessas normas, avaliando se o possível impacto nos resultados apresenta uma relação direta com o nível de cumprimento das mesmas. Tendo por base teorias do mercado de capitais, da agência e da sinalização, o estudo argumenta que os gestores poderiam ter fortes incentivos para avaliar o “*compliance risk*” (Adam, 1994), ou seja, avaliar o *trade-off* entre os custos de

agência ou efeitos de sinalização e o impacto sobre as suas empresas, uma vez que foram causadas pela implementação das IFRS.

Por outro lado, o mesmo estudo analisa diversas variáveis como *proxies* para os fatores relacionados com o cumprimento das IFRS, nomeadamente o tamanho da empresa, a alavancagem financeira, a rentabilidade, a liquidez, o tamanho da indústria ou setor de atividade e o tamanho da empresa de auditoria.

No que concerne ao tamanho da empresa de auditoria, uma das *proxies* utilizadas para análise neste estudo, e no contexto particular da Grécia, a conclusão é consistente com estudos anteriores e conclui que uma empresa de auditoria, incluída nas chamadas “*Big Four*”, atua como um mecanismo de monitorização e satisfaz as necessidades de transparência e melhor qualidade nas demonstrações financeiras. Isto leva a uma redução dos custos de agência e resulta em níveis mais altos de *compliance*.

Segundo, Tsalavoutas e Evans (2010), HCMC (2006) e Grant (2006), a implementação das IFRS, tem, entre outras coisas, um impacto significativo na posição financeira e no desempenho das empresas analisadas e, na maioria dos casos, este impacto tem relevância material. Tendo isto em conta, este estudo indica que essas mudanças significativas que ocorrem ao nível das medidas reformuladas pela empresa representam um fator determinante para o cumprimento das exigências obrigatórias da divulgação das IFRS em 2005. Deste modo, os riscos de conformidade que os gerentes e administradores enfrentam são fortemente dependentes do impacto causado na posição financeira e no desempenho das suas empresas pela adoção das IFRS. O estudo conclui que existem fortes evidências de que as empresas com as seguintes características cumprem a maior parte das divulgações de IFRS em 2005:

- i. Aqueles em que o auditor é uma das “*Big Four*”;

- ii. Aquelas que apresentam alterações mais positivas no seu resultado líquido com a implementação das IFRS;
- iii. Aquelas que apresentam variações negativas no valor da participação dos acionistas (valor das ações) no ano de 2004 (calculado com base nas IFRS versus cálculo com GAAP).

Da análise destas perspetivas, concluiu-se que existe um nível médio baixo de conformidade com as divulgações obrigatórias das IFRS, cerca de 80%, pelas empresas gregas analisadas. É de salientar que existem variações consideráveis, na ordem dos 8% a 10%, dependendo do método de análise. Estes níveis de *compliance*, que, para um país desenvolvido poderão ser considerados baixos, refletem uma atitude permissiva por parte do regulador, nesta fase inicial de implementação das IFRS.

Outras pesquisas, como Hassan et al. (2006) e Peng et al. (2008), indicam que as divulgações das empresas aumentam com o tempo. Assim, os níveis relativamente baixos de divulgação identificados no primeiro ano de implementação das IFRS na Grécia podem ser resultado da baixa familiaridade das empresas com os novos requisitos de divulgação destas normas. Consequentemente, os níveis de conformidade poderiam melhorar no futuro.

Um estudo de Samaha e Khelif (2016), que engloba uma amostra de 17 estudos empíricos, conclui que relativamente aos países desenvolvidos, a dimensão das empresas, a dimensão das empresas de auditoria e multinacionalidade das empresas, bem como o nível de proteção dos investidores são *proxies* que estão associadas ao cumprimento das IAS/IFRS. Relativamente aos países desenvolvidos, através de um modelo estatístico realizado pelos mesmos autores, concluiu-se que o tamanho da empresa, o tamanho da empresa de auditoria e a multi-nacionalidade estão positivamente associados ao grau de conformidade com as IAS / IFRS.

No que concerne ao tamanho da empresa, quanto maior é a empresa maior é a sua capacidade de fazer face aos custos de implementação das IFRS, bem como o aumento da sofisticação dos investidores que detêm as suas ações, o que implica que estas empresas queiram transmitir uma maior confiança nas suas demonstrações financeiras ao aumentar o nível de *compliance* das IFRS.

No que respeita ao tamanho da empresa auditora, as empresas que têm as suas contas auditadas por grandes empresas de auditoria têm um maior incentivo em cumprir com as IFRS dado que estas têm uma vantagem competitiva em controlar a conformidade da aplicação das IFRS.

Em contexto de operações multi-nacionais das empresas, a administração da empresa tem incentivo em providenciar aos investidores internacionais informação com elevada qualidade e padrões contabilísticos reconhecidos internacionalmente, no sentido de facilitar o acesso a investimento estrangeiro.

No que respeita ao nível de proteção dos investidores, os resultados deste estudo demonstram que o tamanho das empresas e a rentabilidade estão mais associados ao cumprimento das IAS / IFRS em ambientes de baixa proteção dos investidores. Por outro lado, o tamanho da empresa de auditoria, a alavancagem financeira e a multinacionalidade das operações aumentam o grau de cumprimento das IAS/IFRS em países caracterizados por um alto nível de proteção dos seus investidores.

Assim, este estudo confirma que incentivos ao nível das empresas têm um papel significativo nas práticas do relato financeiro, pois a administração tem interesse em estar em conformidade com as IFRS para reduzir custos de agência, sinalizar elevada credibilidade das demonstrações financeiros de acordo com as IFRS, bem como obter maior acesso a investimento estrangeiro.

Misirlioglu, Tucker e Yukselturk (2011) analisaram as possíveis melhorias na divulgação das informações financeiras das empresas turcas cotadas, em 2005, em face à obrigatoriedade da adoção das IFRS. Deste modo, e no seguimento de

estudos já publicados por Al-Shammari et al. (2008), Christensen e Walker (2007), Guerreiro et al. (2008), Hodgdon et al. (2009), Peng et al. (2008) e Rahman et al. (2002), os autores analisaram as seguintes características ao nível das empresas como *proxies* de indicadores de melhoria de divulgação financeira: tipo de auditor, tamanho da empresa, grau de alavancagem, ações em circulação (*free float*), detenção estrangeira de capital social e tipo de sector. Este estudo empírico concluiu de forma clara que o tamanho da empresa auditora e o tamanho da própria empresa estão associados a significativas melhorias de divulgação de informação financeira, pelo quae as “*Big Four*”, em particular, produzem um impacto positivo para as empresas suas clientes. Além disso, esta melhoria está também positivamente associada ao grau de detenção das ações por capital estrangeiro.

Kabir e Laswad (2015) examinaram o impacto das melhorias da supervisão institucional do cumprimento das IAS/IFRS sobre a qualidade do relato financeiro na Europa. O estudo foi elaborado tendo por base observações anuais de 9.339 empresas, de uma amostra analisada de três países europeus distintos, Alemanha, Holanda e Suécia, que tinham uma fraca ou quase inexistente supervisão institucional ao nível do cumprimento das IFRS, na fase inicial do período de 2006 a 2010, bem como outros seis países europeus, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Noruega e Reino Unido, como *benchmarking*, que tiveram sistemas de supervisão instituídas deste o início deste período. Os dados empíricos desta análise mostraram melhorias significativas na qualidade do relato financeiro, dos três países analisados, entre o período de pré implementação de supervisão de 2006 a 2007 e o período de implementação de 2008 a 2010, quando comparados com os países utilizados como *benchmarking*. Estes resultados sugerem que a supervisão institucional tem um impacto significativamente positivo na qualidade do relato financeiro,

após excluir os efeitos associados ao sistema legal, regras em vigor e outras variáveis.

Adicionalmente, diversos autores (Ball, 2003; Lang et al., 2006; Siegel 2009) analisaram países com diferentes níveis de *enforcement*, e concluíram que uma fraca capacidade de *enforcement* pode comprometer o *compliance* das IFRS por parte das empresas. Neste contexto, a qualidade do relato da informação financeira não observa qualquer mais-valia.

Lang e Stice-Lawrence (2015), analisaram os relatórios financeiros de 15.000 empresas não americanas de 42 países distintos, entre 1998 e 2011, focando-se na análise textual dos mesmos, especialmente no que concerne ao tamanho da informação divulgada, na sua complexidade e na comparabilidade de empresas americanas e não americanas. Os resultados obtidos com esta análise mostram que os atributos textuais estão previsivelmente associados à regulação e incentivos a essa mesma divulgação, com o objetivo de se tornar uma divulgação mais transparente. Esta situação está também relacionada com outros fatores das empresas como a sua liquidez, propriedade institucional e acompanhamento do analista. Os autores referem ainda que, com a adoção das IFRS, as divulgações dos relatórios financeiros melhoram, no sentido em que quer a quantidade de informação financeira relevante, quer a comparabilidade aumentam em relação a restantes empresas, incluindo as sedeadas nos Estados Unidos da América. As empresas analisadas, que registaram melhorias nos seus relatórios financeiros tiveram as maiores melhorias nos seus resultados económicos, depois da adoção das IFRS. Lang e Stice-Lawrence (2015), concluíram através de resultados por setor de atividade que as divulgações da informação financeira tendem a ser particularmente extensas para instituições financeiras e companhias de seguros, mas, por outro lado, mais curtas para empresas industriais, como indústria automóvel e química. A divulgação financeira para os bancos e companhias de seguros tende a ser mais

comparável, para empresas fora e dentro dos Estados Unidos da América, talvez refletindo a supervisão adicional que existe no sector bancário e a natureza distinta da banca relativamente a outras indústrias.

Ainda no que concerne ao sector das instituições bancárias, e segundo Manganaris, Spathis e Dasilas (2015), a relevância entre a informação contabilística e a de mercado para o setor das instituições financeiras na Europa beneficiou da introdução das IFRS. Não obstante, as diferenças generalizadas entre as características institucionais na Europa são responsáveis por diferentes níveis de *compliance* das IFRS. É ainda de salientar que, segundo os mesmos autores, um critério para assegurar a qualidade da análise exige informação dos três anos pré obrigatoriedade da adoção das IFRS, bem como os três anos seguintes, para se poder incluir este setor de atividade nas amostras a serem analisadas, período este que coincide com a crise financeira de 2008.

Recentes estudos empíricos que analisaram países fora dos Estados Unidos da América concluíram que a extensão do comportamento discricionário depende do sistema contabilístico (Perez et.al., 2008), do ciclo económico (Laeven e Majnoni, 2003), da proteção do investidor, do regime de regulamentação, da estrutura financeira, bem como do desenvolvimento financeiro (Shen e Chih, 2005 e Fonseca e Gonzalez, 2008). As motivações para a discricionariedade no relato financeiro são diversas e podem ser explicadas, em parte, pelo facto de muitos contratos bancários serem elaborados tendo por base a contabilidade. O não cumprimento destes contratos poderá significar a violação dos mesmos, o que afetará o valor económico do banco em questão (Beaver e Engel, 1996).

Hla, Isa e Shaikh (2013), tal como vários outros autores, focaram-se no estudo da implementação das IFRS em empresas não financeiras. A escolha deste tipo de empresas está associada à procura do máximo de consistência e validação

dos dados observados na medida do nível de *compliance* das IFRS, bem como a comparação entre estas. Por outras palavras, as instituições financeiras, como bancos e empresas de seguros variam no uso de normas contabilísticas. Por exemplo, organizações financeiras lidam com instrumentos financeiros que requerem um uso de normas contabilísticas específicas que não são utilizadas por empresas de outros setores de atividade.

Segundo Bischof (2008), a adoção das IFRS, em especial a aprovação das IFRS 7, que entrou em vigor em 2007, veio modificar substancialmente as divulgações bancárias, tendo em conta a Regulamentação Europeia. O estudo realizado por Bischof (2008), analisou uma amostra de 171 bancos correspondentes a 28 países europeus, onde examinou os efeitos da adoção da IFRS 7. O estudo concluiu que o nível de divulgação aumentou significativamente durante o ano de implementação desta norma. A IFRS 7 adota uma descrição mais extensa das políticas contabilísticas, bem como uma divulgação mais elaborada de informações sobre a exposição ao risco. Atualmente, a divulgação da informação financeira das instituições bancárias não é apenas mais extensa, como revela, ainda, informação mais aprofundada. Assim, o aumento da qualidade da informação financeira não se deve exclusivamente a um mero aumento da quantidade de divulgações obrigatórias. Em suma, o estudo conclui que a adoção desta IFRS contribui para o aumento da qualidade das divulgações das instituições financeiras na Europa. Não obstante, os efeitos da adoção desta IFRS varia substancialmente, tendo em conta atividade reguladora das autoridades nacionais de supervisão, que poderá explicar algumas diferenças entre países. O efeito da adoção da IFRS 7 é mais fraca em países como a Itália e Dinamarca, onde a divulgação e os formatos prescritos pelo organismo nacional de controlo restringem uma série de escolhas. Contudo, do ponto de vista europeu conclui-se que a intervenção da supervisão bancária da regulamentação da contabilidade financeira pode ter

um efeito positivo na aplicação das IFRS na União Europeia. Concluiu-se, ainda, que deverá existir uma maior harmonização no domínio da supervisão bancária, no que concerne às intervenções na contabilidade financeira. Por conseguinte, a comparabilidade das divulgações bancárias não pode ser alcançada uniformemente. Como tal, as tentativas do Comité Europeu das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS, 2007) e as orientações para as divulgações de supervisão revelaram-se insuficientes.

Capítulo 2 - Metodologia

A crise financeira sentida nos últimos anos teve graves repercussões em grandes empresas a nível internacional, sendo que em Portugal esta se fez sentir através de graves dificuldades em empresas nacionais de destaque, as quais observaram em alguns casos profundas reestruturações, reorganizações empresariais, escândalos financeiros eventualmente fraudulentos, e culminou em alguns processos em dissoluções ou mesmo insolvências. Tendo em conta que estes casos se basearam em grande medida em dificuldades de natureza financeira, instalou-se um elevado nível de preocupação relativo à necessidade de aumentar os mecanismos de controlo da qualidade da informação financeira emitida pelas empresas. Interessa, neste contexto, e na linha da revisão de literatura efetuada, analisar até que ponto o grau de *enforcement* praticado pela CMVM terá sido elevado. Como se conclui na revisão de literatura efetuada, a adoção da IFRS permitirá aumentar a qualidade e harmonização da informação, e também o desenvolvimento do mercado de capitais. Mas, e em especial no caso de instituições financeiras, os incentivos ao relato e o grau de controlo e *enforcement* praticado pelas entidades de supervisão influenciam o nível de conformidade com as referidas normas. Na verdade, estudos referidos apontam para níveis de *compliance* distintos entre instituições financeiras europeias.

Tendo esta preocupação por base, o presente estudo tem por objetivo analisar as práticas de relato de uma instituição financeira nacional cujo grau de conformidade com as normas de relato financeiro mereça análise e discussão, dado a trajetória observada nos últimos anos. Selecionou-se o Banco Espírito Santo, dado o processo de crescimento e dissolução que passou recentemente, a eventual surpresa com que o mercado de capitais foi reconhecendo a situação, e a consequente e pertinente interrogação sobre o grau de *enforcement* das

entidades de supervisão na situação concreta. Ao nível das entidades de supervisão, foi selecionada a CMVM, uma vez que tem dados sinais evidentes de preocupação com a conformidade das empresas cotadas com as exigências previstas nas IFRS. Assim, estudo pretende responder à seguinte questão de investigação, já acima referida: *“Qual o grau de conformidade das contas do BES com as exigências previstas nas IFRS consideradas pela CMVM mais relevantes?”*

Análise do caso

Segundo Yin (1994) o estudo de caso é a estratégia de investigação mais adequada quando estamos perante três condições:

- i. Tipo de questão de Investigação
- ii. Controlo
- iii. Foco contemporâneo da investigação

Um estudo de caso é utilizado quando queremos saber o “como” e o “porquê” de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo, analisando o fenómeno em questão inserido num contexto real, especialmente quando os limites entre fenómeno e o contexto não são claramente evidentes.

Na elaboração de um estudo de caso e com o objetivo de garantir a qualidade de um trabalho de investigação deste tipo, com vista à sua credibilidade, devem ser cumpridos os seguintes requisitos:

- i. Validade externa
- ii. Fiabilidade
- iii. Validade interna (se aplicável)

Ou seja, no sentido de garantir a credibilidade do método deve ser procurada a possibilidade da generalização dos resultados, bem como a replicabilidade de todo o processo de recolha de dados e, por último, em casos de estudo explicativos, o rigor nas inferências lógicas.

Adicionalmente, e segundo Creswell e Yin (1994), um estudo de caso é elaborado tendo por base uma recolha de dados profunda envolvendo múltiplas fontes de informação como é o caso de análise documental, entrevistas e questionários.

No caso concreto da presente investigação não foi possível utilizar outras fontes de informação para além de análise documental. Não obstante, prosseguiu-se na análise do caso dada a relevância e oportunidade do tema.

Estratégia de Investigação

Com o objetivo de dar resposta à questão de investigação colocada, e tendo por base a limitação da metodologia acima referida, foi analisado o grau de cumprimento das IFRS destacadas nas recomendações emitidas pela CMVM, no que respeita às divulgações da informação financeira no caso particular do Banco Espírito Santo.

No sentido de analisar até que ponto as recomendações divulgadas pela CMVM, no seguimento de recomendações da ESMA, foram cumpridas, é realizada uma análise aos Relatórios e Contas do Banco Espírito Santo nos anos de 2012 e 2013, por serem os períodos imediatamente anteriores à sua dissolução, bem como o primeiro semestre de 2014, por serem as últimas contas consolidadas aprovadas do Grupo Banco Espírito Santo.

Na presente análise de caso, deparámo-nos com uma limitação relativa à informação necessária para a análise do exercício de 2014.

O ano de 2014, e conforme se encontra referido no capítulo dedicado à evolução histórica do BES, foi o ano de dissolução do Banco, mais precisamente

em Agosto desse ano. Deste modo, não existe Relatório e Contas do Grupo Banco Espírito Santo consolidado a 31 de Dezembro de 2014, mas sim Relatório e Contas Semestral (datado a 30 de Junho de 2014).

A CMVM, até ao ano de 2013, inclusive, emitia Circulares sobre Prestação de Contas Semestrais, que seria a base para a nossa análise nesse respetivo ano, dado que o último Relatório e Contas do Grupo Banco Espírito Santo antes da dissolução do banco, era o relatório semestral. A limitação que se coloca é exatamente neste ponto, a CMVM emitiu esta circular pela última vez no ano de 2013, não existindo, portanto, uma circular equivalente para o ano de 2014. Com o objetivo de tentar compreender esta alteração, questionamos a CMVM, através de correio eletrónico, a qual apenas confirmou a não publicação dessa circular em 2014 e anos posteriores, frisando, ainda, que continuariam a ser publicadas anualmente as circulares relativas a prestação de contas anuais. Deste modo, entendemos que a ausência total de análise do primeiro semestre de 2014 seria uma grande limitação do estudo, pelo que optámos por analisar este período tendo por base a circular da CMVM “Envio e Publicação dos documentos de prestação de contas semestrais: resumo do regime aplicável em 2013”, que respeita à prestação de contas do ano anterior ao que irá ser analisado. Acreditámos que, ainda que esta circular não seja de aplicação relativa ao ano de 2014, representa um complemento importante para a análise de um período de destaque deste caso.

Capítulo 3 - Análise do Caso BES

No presente capítulo, apresenta-se a história da instituição financeira em análise, bem como a organização da sua estrutura de governo societário, antes de se proceder à efetiva análise do grau de cumprimento das IFRS destacadas nas recomendações emitidas pela CMVM para os anos em estudo.

3.1 Breve História do BES

As origens do Banco Espírito Santo, S.A. remontam aos últimos 25 anos do sec. XIX, mais concretamente em 1869, como “Caza de Cambio”, especializada na transação nacional e internacional de instrumentos financeiros. Em 1920, na sequência da aquisição da Espírito Santo & C^a, iniciou a sua atividade como banco comercial. Esta década foi marcada por um período de agitações políticas, económicas e sociais, que conduziram alguns bancos à falência. Com estas situações o Banco reforçou a sua posição no contexto da banca nacional, integrando, em 1926, o grupo das cinco maiores instituições bancárias privadas.

Em 1932, iniciou-se uma fase de consolidação e expansão da instituição financeira e que, fruto desta consolidação e expansão assumiu, em 1936, a liderança do setor bancário privado nacional.

No ano seguinte, em 1937, o Banco funde-se com o Banco Comercial de Lisboa, formando o BESCL, reforçando, até meados de 1970, as suas participações na vertente internacional com parcerias, aquisições e criação de bancos nos Estados Unidos da América, Angola, Reino Unido, entre outros.

Em 1972, o Banco é cofundador do “Livra Bank”, e no ano seguinte funda, em Luanda, o Banco Inter Unido, associado ao “First National City Bank of New York”.

Em 14 de Março de 1975, com a aprovação do Decreto-Lei Nº 132-A, são nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede em território nacional, impedindo o Grupo Espírito Santo (“GES”) de desenvolver a sua atividade em Portugal. Neste mesmo ano, foi criada a *Holding* sediada no Luxemburgo, sociedade que em 1984 deu origem à Espírito Santo Financial Group (“ESFG”).

Em 1990, o GES recupera a Companhia de Seguros Tranquilidade e, em 1991, recupera o controlo do Banco Espírito Santo, anteriormente nacionalizado.

No ano de 1992, o BES passou a operar no mercado espanhol após a aquisição do Banco Industrial del Mediterráneo, que muda a designação para BES Espanha, e é criada a ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros. Em 1995, abriu em Macau o Banco Espírito Santo do Oriente (“BESOR”). Em 1998, o BES desenvolveu a sua atividade em França através do BES Vénétie. Um ano depois, nos EUA, adquiriu o capital do Espírito Santo Bank cuja atividade de Private Banking era direcionada a clientes da América Latina, com especial foco no Brasil.

Esta década foi fulcral para o BES, dado ter existido uma forte consolidação e expansão das áreas de atuação do Banco, tornando-o no Grupo Financeiro Global Grupo Banco Espírito Santo, onde incluía as áreas de Banca Comercial, Banca de Investimento, Outras Instituições de Crédito, Gestores de Fundos, Seguros e Corretagem, entre outras. Finalmente, em 1999, passa a adotar a designação de Banco Espírito Santo.

O início do século XXI é marcado pela aposta no triângulo estratégico com o reforço na posição em Espanha, tendo como parceiro o Banco Bradesco, e ainda pela criação do BES Angola. Nos anos seguintes, o BES consolida a sua posição a nível internacional através da incorporação do BES Espanha, passando a sucursal, em 2006, bem como a abertura de uma sucursal em Cabo Verde. Anos mais tarde, o BES continua a reforçar a sua posição internacional, com uma presença mais significativa em África.

Em 2012, o BES é reconhecido como o maior Banco Português cotado em bolsa, tendo 19,3% da quota do mercado doméstico, sempre com uma estratégia focada na sua expansão internacional.

A dissolução do Banco chega em Agosto de 2014, com a suspensão das ações do banco, depois de, em Junho desse mesmo ano, o aumento de capital do Banco ter sido subscrito na sua totalidade, conforme depoimento de Ricardo Salgado no *Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Banco Espírito Santo e do Grupo Espírito Santo* (2015).

3.2 Estrutura do Governo Societário do BES

No contexto deste estudo, é essencial analisar a Estrutura de Governo Societário do BES, a qual era baseada no modelo anglo-saxónico que confia a conduta da Sociedade ao Conselho de Administração, e apresentava a seguinte estrutura, conforme Relatório e Contas do Banco em 2013:

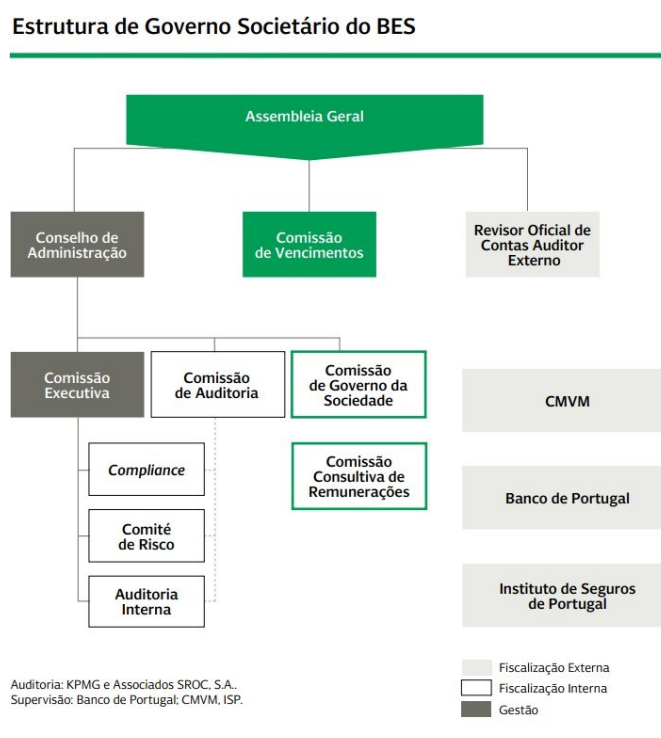


Figura 1 - Estrutura de Governo Societário do BES

Como é possível observar, a estrutura de Governo Societário do BES conta com um departamento exclusivamente dedicado ao *Compliance*, o qual analisamos de seguida.

O Departamento de *Compliance* do BES foi criado em 2004, inicialmente apenas como Gabinete de *Compliance*, dirigido por José Martins Pereira, antigo sócio da PriceWaterhouseCoopers, que ingressou no banco no ano transato, tendo somente apoio de secretariado. De referir que antes deste período não existia a obrigatoriedade legal para a existência do mesmo.

Dois anos mais tarde, este Gabinete evoluiu para Departamento de *Compliance*, assistindo a um aumento gradual de pessoas, sendo que, no ano de 2013, data em que José Martins Pereira deixa o cargo, o Departamento totalizava 55 colaboradores. É de salientar, que as funções deste departamento se restringiam apenas ao núcleo central do BES, e que, para além deste, também as sucursais e filiais do banco tinham funções de *Compliance*, bem como a obrigatoriedade do cumprimento dos normativos daqueles Estados, que reportavam diretamente às suas respetivas direções.

O Departamento de *Compliance* veio preencher e cumprir os novos requisitos dos normativos aplicáveis, nomeadamente o Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, relativo ao sistema de controlo interno das instituições de crédito. O Departamento era ainda responsável por reportar à Comissão de Auditoria, assegurando ainda a gestão corrente das atividades relativas às seguintes funções de compliance (conforme Relatório e Contas de 2013):

- *"Prestar aconselhamento ao órgão de administração com vista ao cumprimento pelo BES das obrigações legais, regulamentares, éticas e de conduta aplicáveis;*
- *Implementar políticas e procedimentos de prevenção e deteção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;*

- *Assegurar a monitorização e manutenção do Sistema de Controlo Interno do Banco e elaborar o respetivo relatório interno comunicando-o ao Banco de Portugal;*
- *Controlar o cumprimento das atividades de intermediação financeira registadas junto da CMVM, nos termos consagrados no Código dos Valores Mobiliários;*
- *Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de Supervisão;*
- *Acompanhar a aplicação do Código de Conduta dos colaboradores do Grupo BES.”*

Conforme depoimento de José Martins Pereira, na *Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do Banco Espírito Santo e do Grupo Espírito Santo (2014-2015)*, a área mais significativa era, inicialmente, a prevenção de branqueamento de capitais, que já existia no Banco e migrou para este departamento. Para além desta função, e dado que, quer o BES quer a sua *Holding* encontravam-se cotadas nos Estados Unidos da América, estavam sujeitas aos normativos daquele país. Neste sentido, foi criada uma estrutura de controlo interno no BES, onde eram validados os controlos e processos do banco. Devido às novas exigências das diretivas transpostas para Portugal, foi ainda criada uma unidade de monitorização das atividades de mercado, onde se fazia a deteção e despistagem de movimentações de mercado que configurassem algum movimento de suspeição. Estas funções foram, posteriormente, alargadas às subsidiárias mais relevantes do Grupo.

Para além das funções referidas anteriormente, e com a continuidade da evolução normativa em Portugal, foram criadas três novas funções de controlo: função de risco, auditoria e *compliance*, sendo esta última assumida por este departamento. A partir deste momento, era realizado um reporte formal ao Banco de Portugal e CMVM, em termos de controlo interno.

3.3 Análise do grau de cumprimento das IFRS, através das recomendações emitidas pela CMVM

O presente capítulo foca-se na análise do cumprimento das IFRS, através das recomendações emitidas pela CMVM, tendo por base os Relatórios e Contas do BES, nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, conforme referido no capítulo 2 – Metodologia.

Para ser possível analisar de forma conclusiva, primeiramente, serão estudadas as recomendações da CMVM através da publicação intitulada “Envio e publicação dos documentos de prestação de contas anuais previstas no artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários e do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, para o exercício de 2012, da Circular sobre Contas Anuais para o exercício de 2013, bem como da publicação “Envio e Publicação dos documentos de prestação de contas semestrais: resumo do regime aplicável em 2013” para o primeiro semestre de 2014. Posteriormente, serão elaborados Quadros de cumprimento para cada IFRS, abordada nas respetivas recomendações.

3.3.1 Recomendações da CMVM

A Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários é um organismo que tem como objetivo regular e supervisionar os mercados de instrumentos financeiros, bem como os agentes que nele atuam, tendo sido criada em Abril de 1991. A CMVM integra o Sistema Europeu e o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, e encontra-se dotada de autonomia administrativa e financeira, e de património próprio, sendo uma pessoa coletiva de direito público.

A CMVM é ainda membro de organizações internacionais como a Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e dos Mercados (“ESMA”), a Organização Internacional das Comissões de Valores (“IOSCO”) e ainda o Instituto Iberoamericano de Mercado de Valores (“IIMV”). Para além disto, participa e acompanha regularmente os trabalhos da União Europeia.

Para o presente estudo, importa salientar que as recomendações analisadas relativas às divulgações financeiras emitidas pela CMVM surgem e são publicadas no seguimento das Recomendações da ESMA sobre a mesma matéria.

No ano de 2012, a Circular publicada pela CMVM dedicada às informações relativas à prestação de contas anuais, para além de outras informações, dava especial enfoque às IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros e ainda à IFRS 8 – Segmentos Operacionais. No ano seguinte, para além do destaque a estas IFRS, a CMVM deu também destaque à IFRS 13 – Justo Valor dos Ativos Financeiros.

No que concerne às exigências de divulgação de informação financeira semestral, no ano de 2013, que iremos analisar tendo em conta o primeiro semestre de 2014, a CMVM apenas destaca a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros.

Nestas Circulares são também referidas as causas e os acontecimentos ocorridos para a exigência destas IFRS em específico, sendo que o principal motivo se prende com a influência da grande crise financeira mundial.

Seguidamente, e conforme referido no capítulo 2 – Metodologia, iremos proceder à análise do cumprimento das IFRS referidas e destacadas nas Circulares da CMVM, através de quadros síntese de cumprimento/não cumprimento, por IFRS, para os anos de 2012, 2013 e 2014.

3.3.3.1 IFRS 3

A IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais tem como principal objetivo particularizar a informação financeira de uma entidade, nomeadamente no seu Relatório e Contas, relativamente à informação das novas concentrações empresariais, como uma aquisição, fusão, entre outras. Deste modo, esta IFRS refere que as concentrações de atividades empresariais alcançadas por fases devem ser contabilizadas pelo justo valor na data de aquisição. Posto isto, a entidade deverá reconhecer os ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida pelo seu justo valor à data da aquisição, reconhecer o *goodwill* daí resultante, que terá, futuramente, de ser testado quanto a possíveis imparidades.

Esta norma, de cumprimento obrigatório desde 1 de Janeiro de 2005 nas contas consolidadas de empresas cotadas, tem sofrido ligeiras alterações ao longo dos anos, sendo de destacar as ocorridas em 2008, que entraram em vigor a 1 de Julho de 2009, bem como a revisão das normas contabilísticas ocorridas em 2010. No que concerne às primeiras alterações, é apenas de destacar a alteração do conceito de “Concentração de atividades empresariais” que passou de “*Junção de entidades ou atividades empresariais separadas numa única entidade que relata*” para “*transação ou outro acontecimento em que uma adquirente obtém controlo sobre uma ou mais atividades empresariais*” e do conceito de “*Goodwill*” que foi atualizado para “*Um ativo que representa os benefícios económicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos numa concentração de atividades empresariais que não sejam individualmente identificados nem separadamente reconhecidos*”. Outra alteração ocorrida foi respeitante ao reconhecimento dos interesses minoritários, que passou a incluir o reconhecimento da sua participação no *goodwill*, para além de nos activos, passivos e passivos contingentes. A alteração ocorrida em 2010 foi apenas de carácter interpretativo, no que respeita à

mensuração na data de aquisição dos componentes de interesse, passando a incluir todos os interesses da entidade, mesmo os que a entidade não controla.

Nas já referidas Circulares emitidas pela CMVM, para os exercícios de 2012 e 2013, é destacado o cumprimento dos parágrafos 59 e seguintes da aludida IFRS, que referem a informação financeira que deve ser obrigatoriamente divulgada pelas entidades adquirentes. Nesta análise em concreto, a entidade - o BES quanto a operações de concentração por si efetuadas, deve divulgar informação que permita aos utilizadores das Demonstrações Financeiras compreender os impactos das concentrações de atividades empresariais existentes, e a repercussão destas na instituição bancária em análise.

Adicionalmente, a CMVM chama também à atenção para o disposto no parágrafo B67 da referida norma, nos termos do qual as concentrações de atividades empresariais que ainda não se encontrem concluídas no momento de fecho de contas devem ser objeto de divulgações específicas. É ainda de salientar o destaque ao parágrafo B64 que refere a obrigatoriedade da entidade divulgar as quantias reconhecidas à data de aquisição para cada rúbrica de ativos, passivos e passivos contingentes, no que respeita a concentração de atividades empresariais ocorridas no período.

Por fim, a CMVM destaca com grande importância, devido ao contexto de crise financeira dos últimos anos, a obrigatoriedade da divulgação da descrição clara e completa dos métodos e pressupostos utilizados pela entidade na avaliação do *Goodwill* reconhecido. A IFRS 3, desde Janeiro de 2010, recomenda que o *Goodwill* seja mensurado tendo em conta a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Nos períodos em análise, a CMVM não fez alterações significativas às suas recomendações a esta norma.

Feita a análise à norma e posicionamento da CMVM, analisamos primeiramente as alterações na concentração de atividades empresariais ocorridas em cada período no BES, vendo, de seguida, e conforme quadro infra, o cumprimento dos parágrafos referidos anteriormente relativos à divulgação da informação financeira.

Através dos Relatórios e Contas verificamos que o BES adquiriu, em 2012, o BES VIDA, Companhia de Seguros, S.A. (“BES Vida”), e no ano de 2014, o “Banque Espírito Santo Et De La Vénétie” (“BESV”), um banco comercial sediado em França.

Seguidamente, foram analisados os parágrafos de divulgação da informação financeira desta IFRS, para cada ano em análise, conforme o quadro que se segue:

2012				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
59	a)	X		
	b)	X		
60		X		
61		X		
62		X		
63		X		
B64	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
	d)	X		
	e)	X		
	f) (i a iv)	X		
	g)			X
	h)		X	
	i)	X		
	j) (i a iv)			X
	k)	X		
	l)			X
	m)			X
	n)			X
	o)			X
	p)	X		
	q)	X		
B65		X		
B66				X
B67	a) i a iii	X		
	b)			X
	c)			X
	d) i	X		
	d) ii	X		
	d) iii	X		
	d) iv			X
	d) v			X
	d) vi			X
	d) vii	X		
	d) viii	X		
	e) i a ii	X		

Conforme é evidenciado no quadro supra, o BES cumpriu com todas as divulgações obrigatórias, no ano de 2012, com a exceção do parágrafo B64, alínea h). Este parágrafo exige a divulgação do justo valor das contas a receber adquiridas na concentração de atividade, o valor bruto dos valores contratuais a receber e a melhor estimativa à data da concentração de futuros fluxos de caixa que não serão recebidos. Ao não apresentar esta informação relativa aos créditos adquiridos pelo BES com a aquisição da BES Vida, o Banco omitiu informação relevante sobre risco de crédito associado à carteira de clientes da seguradora à data da concentração.

Todas as restantes informações financeiras foram divulgadas em conformidade com os requisitos da norma.

No que respeita ao ano de 2013, são apresentados, de seguida, dois quadros de cumprimento, um para cada aquisição ocorrida neste exercício. A norma refere que para cada aquisição deverão ser cumpridas as divulgações dos parágrafos 59 e seguintes, e, deste modo, optamos por elaborar um quadro para cada aquisição, o BES Vida e o BESV.

2013 – BES Vida				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
59	a)	X		
	b)			X
60		X		
61		X		
62		X		
63		X		
B64	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
	d)	X		
	e)	X		
	f) (i a iv)	X		
	g)			X
	h)		X	
	i)	X		
	j) (i a iii)			X
	k)	X		
	l)			X
	m)			X
	n)			X
	o)			X
	p)	X		
	q)	X		
B65		X		
B66				X
B67	a) i a iii			X
	b)			X
	c)			X
	d) i	X		
	d) ii	X		
	d) iii	X		
	d) iv			X
	d) v			X
	d) vi			X
	d) vii	X		
	d) viii	X		
	e) i a ii	X		

Quadro 2- Cumprimento IFRS 3 - BES Vida (2013)

Relativamente à informação divulgada sobre o BES Vida em 2013, é de salientar que esta encontra-se de divulgação obrigatória porque no ano de 2012 não foi concluída a aquisição na sua totalidade, e, posto isto, existe a obrigatoriedade de ser prestada mais informações relativamente a esta

transação. No que concerne a essas informações, foram cumpridos todos os requisitos com a mesma exceção do ano transato, referida na análise respeitante ao ano anterior.

De seguida apresenta-se o Quadro de Cumprimento respeitante à Concentração de Actividades Financeiras entre o BES e o BESV.

2013 – BESV				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
59	a)			X
	b)	X		
60			X	
61				X
62				X
63				X
B64	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
	d)		X	
	e)			X
	f) (i a iv)	X		
	g)			X
	h)			X
	i)	X		
	j) (i a iii)			X
	k)			X
	l)			X
	m)			X
	n)			X
	o)			X
	p)			X
	q)			X
B65				X
B66		X		
B67	a) i a iii	X		
	b)			X
	c)			X
	d) i			X
	d) ii			X
	d) iii			X
	d) iv			X
	d) v			X
	d) vi			X
	d) vii			X
	d) viii			X
	e) i a ii			X

Quadro 3 - Cumprimento IFRS 3 - BESV (2013)

No que concerne à concentração de atividade empresarial entre o BES e o BESV, e tendo em conta a informação necessária divulgar, não foi cumprido parte da alínea d) do parágrafo B64 que exige a divulgação das principais razões que justificam a concentração, bem como a descrição de como a adquirente obteve o controlo da entidade adquirida. A primeira parte – divulgação das principais razões para a existência dessa concentração - corresponde à parte que não foi divulgada.

Ora, a razão da aquisição pelo BES da BESV suscita natural curiosidade, desde logo por serem filiais sob as quais recaem suspeitas de falhas importantes de controlo interno, A Revista Visão revelou, em 2 de Março de 2017, baseada num documento interno do Banco de Portugal, que foram detetadas *“práticas pouco transparentes de gestão e falhas generalizadas nos controlos internos apurados em 20 sucursais e filiais do BES em Portugal e no exterior, nomeadamente na filial de Angola (BESA) e na de Paris (BESV), entre Março de 2011 e Abril de 2012”*. Esta situação foi também incluída no documentário da SIC intitulado *“Assalto ao Castelo”*, e transmitido em Março do corrente ano.

Adicionalmente, o *“Annual Report & Consolidated Financial Statements 2013”* da Espírito Santo Financial Group, S.A., refere que o resultado líquido do BESV decresceu para mais de metade entre 2012 e 2013. O mesmo relatório refere que, em Fevereiro de 2014, o BES adquiriu à ESFIL, empresa do Grupo, a totalidade das ações que esta detinha do BESV, 44,81%, totalizando assim o BES 87,5% do controlo do Banco sediado em Paris. A figura que se segue apresenta a participação da ESFIL e do Grupo BES incidentes sobre o BESV, antes da aquisição de Fevereiro de 2014.

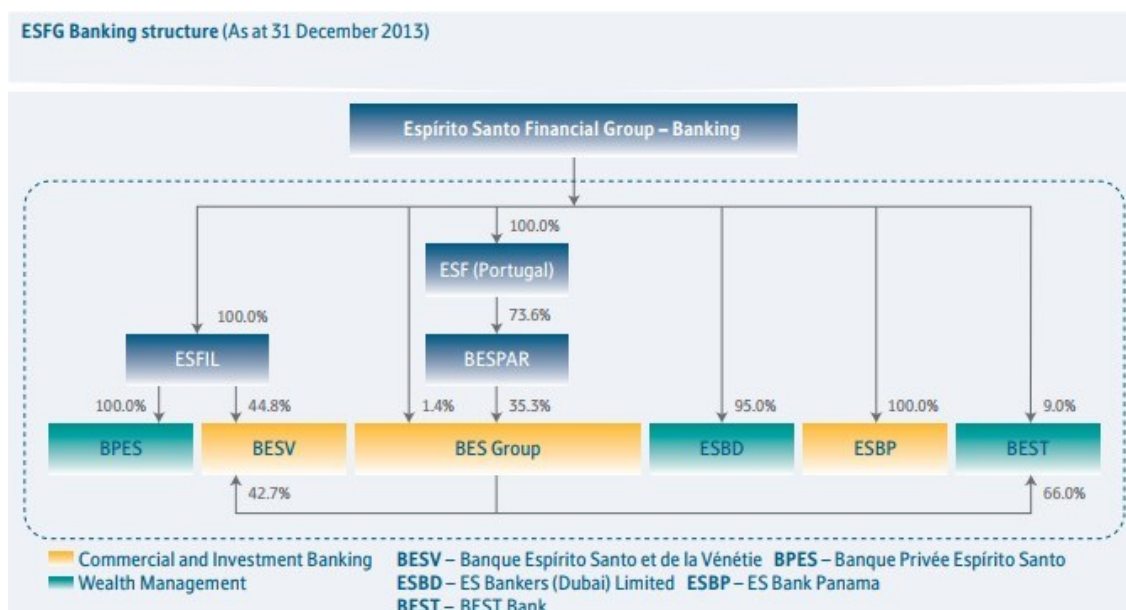


Figura 2 - Annual Report & Consolidated Financial Statements (2013)

No seguimento da informação relativa ao decréscimo do resultado líquido do BESV, procedeu-se a uma análise evolutiva deste indicador em três bases documentais distintas: Relatório e Contas do BES 2013, Relatório e Contas BESV 2013, e *Annual Report & Consolidated Financial Statements 2013*, ESFG. Desta análise, verificou-se uma inconformidade nos montantes do resultado líquido do BESV divulgados para o ano de 2012, conforme tabela seguinte:

	Resultado Líquido + Resultado não corrente		
	R&C BES	R&C BESV	AR&CFS ESFG
2012	-	11,2	9,6
2013	4,1	4,2	4,1

Quadro 4 - Diferenças do Resultado do BESV

Deste modo, verificámos que existe uma diferença nos montantes divulgados, especialmente no ano de 2012, e até uma ausência deste valor no Relatório e Contas do BES, em 2013, que, ainda que não fosse de divulgação

obrigatória, seria importante para enquadrar esta aquisição no momento em que o BESV apresentava um claro decréscimo de resultados. É ainda de salientar, e conforme referido anteriormente, que esta aquisição ocorreu entre o BES e outra entidade do Grupo, a ESFIL, e para além disso, adquiriu ainda a esta entidade os créditos subordinados que esta detinha sobre o BESV no valor de 19,4 milhões de euros. Por todos estes motivos, esta aquisição deveria ter sido acompanhada por uma divulgação de informação, no que concerne às razões inerentes a esta transação que se traduziu numa concentração de actividades empresariais, no Relatório e Contas do BES no ano de 2013.

Importa ainda referir, a não aplicabilidade da alínea h) do parágrafo B64 que se deve ao facto desta concentração ocorrer, em Fevereiro de 2014, ou seja após o fim do período do relato, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras.

Em suma, o cumprimento das obrigações estabelecidas pela IFRS 3 não foi total, pela ausência de divulgação de informação financeira descrita na alínea h) do parágrafo B64, em ambos os exercícios para a aquisição do BES Vida. A informação em falta permite aos utilizadores da informação financeira aceder ao risco de crédito associado às contas a receber da BES Vida à data em que esta subsidiária foi adquirida.

Adicionalmente, e ainda com maior destaque, outro ponto que não se encontra em conformidade com a IFRS 3 nomeadamente alínea d) do parágrafo B64, é respeitante à falta de informação relativa às razões que originaram a aquisição de uma parte do capital do BESV, que culminou na obtenção de uma posição maioritária desta instituição financeira, por parte do BES. Tendo em conta que esta transação se realizou com outra entidade do Grupo, e numa altura em que o BESV apresentava um claro decréscimo de resultados, conforme foi apresentado anteriormente, bem como algumas incongruências no

que respeita aos valores apresentados em distintos relatórios, esta situação aumenta as dúvidas relativamente à falta de cumprimento desta alínea.

3.3.3.2 IFRS 7

O IASB publicou em 2005 a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações com o objetivo de definir as divulgações obrigatórias relativas à utilização de instrumentos financeiros que permitam aos utentes das demonstrações financeiras avaliar tanto o impacto e relevância da detenção de instrumentos financeiros para a posição financeira e desempenho da entidade, como a natureza e extensão dos riscos associados para a entidade.

Esta norma ao longo do tempo já sofreu diversas alterações, tendo-se adaptado ao rigor e exigência associados a uma crescente preocupação decorrentes da crise financeira e económica que se fez sentir a partir de 2008 a nível global, nomeadamente com falências e intervenções em instituições financeiras.

No que respeita à análise do cumprimento das recomendações da IFRS 7, procedemos, de seguida, à apresentação dos Quadros de Cumprimento. Para cada ano em análise, elaboramos quatro Quadros de Cumprimento, um para os parágrafos genéricos e um para cada tipo de risco a ter em consideração: Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, dadas as exigências específicas da norma para cada tipo de risco, e respetivo ano em análise.

2012 – Geral				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
18	a)			X
	b)			X
	c)			X
19				X
25			X	
26			X	
27				X
27 ^a	a) - c)			X
28 ^a	a) - e)			X
28	a)			X
	b)			X
	c)			X
29	a)	X		
	b)			X
	c)			X
30	a)			X
	b)			X
	c)			X
	d)			X
	e)			X
31		X		
32		X		
32 ^a		X		

Quadro 5 - Cumprimento IFRS 7 (2012)

2013 – Geral				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
18	a)			X
	b)			X
	c)			X
19				X
25			X	
26			X	
28	a)			X
	b)			X
	c)			X
29	a)	X		
	c)			X
30	a)			X
	b)			X
	c)			X
	d)			X
	e)			X
31		X		
32		X		
32 ^a		X		
B11	a) a d)	X		
B11E		X		
42B	a)	X		
	b)	X		
42C	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		

Quadro 6 - Cumprimento IFRS 7 (2013)

Nos anos de 2012 e 2013, o BES divulgou a informação financeira exigida pela IFRS em análise, com exceção dos parágrafos 25 e 26. A informação de divulgação obrigatória presente nestes parágrafos não foi divulgada para todas as rubricas de Ativos e Passivos Financeiros. O BES deveria ter apresentado, no

seu Relatório e Contas, o Justo Valor de todos os activos e passivos reconhecidos ao custo amortizado, e apenas o divulgou para algumas rubricas desses ativos e passivos.

É ainda de referir, que a aplicabilidade de alguns parágrafos não era exigida uma vez que, no caso concreto dos parágrafos 18 e 19, o BES não apresentava incumprimento relativo a empréstimos a pagar, sobre a qual estes se incidem.

Todos os restantes parágrafos encontram-se com conformidade com as exigências da respetiva IFRS.

No que respeita à divulgação de informação financeira específica para cada risco, optamos por elaborar um Quadro para cada risco, para ambos os exercícios, tendo em conta que a informação e a respetiva análise é igual para ambos os anos.

2012 e 2013 – Risco de Crédito				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
33	a)	X		
	b)	X		
	c)			X
34	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
35		X		
36	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
37	a)	X		
	b)	X		
38	a)	X		
	b)			X

Quadro 7 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Crédito (2012 e 2013)

2012 e 2013 – Risco de Mercado				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
33	a)	X		
	b)	X		
	c)			X
34	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
35		X		
40	a)			X
	b)			X
	c)			X
41	a)	X		
	b)	X		
42		X		

Quadro 8 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Mercado (2012 e 2013)

2012 e 2013 – Risco de Liquidez				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
33	a)	X		
	b)	X		
	c)			X
34	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
35		X		
39	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		

Quadro 9 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Liquidez (2012 e 2013)

O BES mencionou, no seu Relatório e Contas, para além dos riscos de mercado, liquidez e de crédito, o risco operacional e ainda o risco específico da atividade seguradora. Estas últimos não serão alvo da nossa análise, pois as recomendações da CMVM dão um forte destaque ao risco de mercado, liquidez e de crédito.

A informação divulgada no que respeita ao Risco de Crédito, de Mercado e de Liquidez encontra-se em conformidade com as exigências e recomendações da norma e das Circulares.

3.3.3.3 IFRS 8

A IFRS 8 tornou-se de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2008, e tem como principal objetivo permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras *“avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio em que está envolvida, assim como os ambientes económicos em que opera”*, e aplica-se a entidades cujos instrumentos de dívida ou de capital próprio sejam negociados no mercado público, como é o caso da bolsa de valores nacional ou estrangeira; ou ainda que tenha a obrigatoriedade de divulgar as suas demonstrações financeiras junto de uma comissão de valores mobiliários ou de uma organização reguladora, com vista a emitir qualquer classe de instrumentos num mercado público. Tendo isto em conta, o BES tem a obrigatoriedade de aplicar esta norma às suas demonstrações financeiras, porque para além de se encontrar cotado em bolsa, nos anos em análise, tem obrigatoriedade legal de prestar contas tanto à CMVM como ao Banco de Portugal.

No que concerne às especificidades da CMVM relativamente a esta IFRS, esta destaca as diferentes possíveis agregações para a identificação dos segmentos operacionais de cada entidade. Para além disto, é ainda referido o

entendimento que a entidade reguladora tem do “principal responsável pela tomada de decisão”, que é referido ao longo da IFRS. Ainda no âmbito das recomendações dadas, e tendo em conta que não será mencionada nesta análise, por não se aplicar e por não existir informações externa suficiente, não serão analisados os orçamentos internos de cada segmento operacional, nem analisado a sua conformidade com as estimativas com os fluxos de caixa, mensuração de ativos e testes de imparidades. Todos os destaques referidos foram incluídos nas Circulares de ambos os exercícios, pelo que não existe qualquer alteração às recomendações da CMVM relativas a esta IFRS.

Não se verificou qualquer alteração nas recomendações prestadas pela CMVM relativas da IFRS 8 – Segmentos Operacionais nos anos em análise.

2012 e 2013				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
20		X		
21	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
22	a)	X		
	b)	X		
23	a) a i)	X		
24	a)	X		
	b)	X		
25		X		
26		X		
27	a)	X		
	b) a f)			X
28	a) a e)	X		
29				X
30				X

Quadro 10 - Cumprimento IFRS 8 (2012 e 2013)

Inicialmente, é de destacar que apenas foi elaborado um Quadro de Cumprimento desta norma incluindo os anos de 2012 e 2013, dada o cumprimento ter ocorrido em igual medida em ambos os exercícios, não faria sentido desagregar e duplicar informação.

O BES utiliza como primeiro critério de segmentação operacional as suas áreas de negócio, e uma segunda segmentação em que o critério utilizado é localização geográfica (subdividindo a segmentação em área doméstica ou área internacional, sendo a primeira relativa a unidades localizadas em Portugal e a segunda a unidades localização fora do território português). Na prática, a instituição financeira, na sua avaliação de desempenho por áreas de negócio, considera os seguintes Segmentos Operacionais:

- Banca Comercial Nacional;
- Banca Comercial Internacional;
- Banca de Investimento;
- Gestão de Ativos;
- Atividade de Seguros de Vida;
- Mercados e participações estratégicas e;
- Centro Corporativo.

No que concerne à divulgação das informações obrigatórias pela IFRS 8, o BES cumpre na totalidade os requisitos da norma, sem exceções a reportar.

3.3.3.4 IFRS 13

A IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor, foi emitida a 12 de Maio de 2011 pelo IASB, sendo aplicada para o período que se iniciou a 1 de Janeiro de 2013 e períodos seguintes, pelo que só houve recomendações dadas pela CMVM relativa a esta IFRS para o exercício de 2013. Esta IFRS tem como principal propósito definir o justo valor, estabelecer um quadro para a mensuração do

mesmo e ainda requerer que as divulgações das mensurações sejam pelo já referido justo valor. Esta norma nasce com o objetivo de estabelecer todas estas exigências numa só IFRS, sendo que deverá ser aplicada “quando outra IFRS exija ou permita a mensuração pelo justo valor ou a apresentação de divulgações sobre mensurações pelo justo valor”.

2013 – Justo Valor				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
93	c)		X	
	e) iv		X	

Quadro 11 - Cumprimento IFRS 13 (2013)

As recomendações para a prestação de contas do ano de 2013, especificamente para esta rubrica, destacam diversos parágrafos desta norma que fornecem orientações abrangentes sobre a forma de mensuração do justo valor. Neste sentido, e tendo em conta que a presente análise está centrada no grau de cumprimento das IFRS destacadas nas recomendações emitidas pela CMVM, no que respeita às divulgações da informação financeira apenas foram incluídas no Quadro de Cumprimento as alíneas c) e e) iv do parágrafo 93, por serem as únicas respeitantes à divulgação da informação financeira destacada nas aludidas recomendações.

O parágrafo 93, alínea c) e e) iv), refere, resumidamente, que uma entidade deve divulgar para os ativos e passivos detidos no final do período de relato mensurados pelo justo valor, as quantias correspondentes a quaisquer transferências entre o nível 1, nível 2 e o nível 3 na hierarquia do justo valor, os motivos da sua ocorrência e política seguida para determinar o momento das respetivas transferências. Neste sentido, e analisando o Relatório e Contas do

BES é possível encontrar referência ao montante total de transferências ocorridas, carecendo, no entanto do detalhe explicativo e exigido pela Circular da CMVM no que respeita ao montante transacionado entre níveis, bem como as inerentes motivações e políticas utilizadas na determinação do momento destas transferências.

O Relatório e Contas do BES, no ano de 2013, refere que os ativos e passivos mensurados ao Justo Valor se subdividem nos níveis referidos anteriormente, e incluem:

- Nível 1 – as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos;
- Nível 2 – utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.
- Nível 3 – as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Segundo EFRAG (2013) a presente IFRS evidencia que os preços das cotações em mercado activos, que no caso concreto do BES se incluem no nível 1, são os que representam uma mensuração mais objetiva e fiável. A publicação refere

ainda que o IASB publicou esta IFRS com o objetivo de prestar mais esclarecimentos e aumentar as exigências no que concerne à divulgação da mensuração do Justo Valor, principalmente nos casos em que este não é observado diretamente no mercado, pelo aumento do nível de subjetividade e de julgamento que envolve.

Deste modo, a informação em falta traduz-se para os utilizadores das demonstrações financeiras do BES num menor nível de acesso do que aquele que é obrigatório sobre o risco de mensuração associado aos ativos e passivos mensurados ao justo valor, de referir, que segundo o Relatório e Contas do BES de 2013, o saldo das transferências ocorridas no nível 3, apresenta um aumento muito significativo face ao ano anterior, conforme tabela seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2013	31.12.2012
Saldo no início do exercício	1 239 277	263 194
Aquisições	419 947	989 342
Saídas	(110 879)	(17 604)
Transferências	599 968	6 593
Variação de valor	(31 918)	(2 248)
Saldo no fim do exercício	2 116 395	1 239 277

Figura 3 - Montantes de activos e passivos de nível 3 do BES (2012 e 2013)

Tendo em conta este saldo positivo de transferências do nível 3, que passou de 6 593 milhares de euros em 2012 para 599 968 milhares de euros em 2013, poderemos concluir que este montante tem origem em movimentações dos níveis 1 e 2 para o nível 3, nível este que, conforme EFRAG (2013), é o que apresenta menor nível de confiabilidade no que respeita ao cálculo do Justo Valor. Isto porque, o nível 3 é o que se encontra mais fortemente dependente de estimativas realizadas internamente ou de preços divulgados por entidades terceiras, mas não necessariamente de cotações de mercados ativos, ao contrário dos restantes níveis, principalmente do nível 1, o que releva a carência de

detalhes explicativos no que respeita aos montantes de transferências subjacentes a cada nível para outro nível, respetivamente. Para além da vertente quantitativa, estas transferências carecem de igual modo da divulgação de informação respeitante às razões e motivações inerentes, no sentido de conferir uma maior confiabilidade às demonstrações financeiras, o que pelo que foi analisado tendo em conta o Relatório e Contas não ocorreu.

3.3.3.5 Análise do Relatório e Contas Semestral 2014

O ano de 2014, conforme foi referido anteriormente, foi o ano da dissolução do Banco que culminou no dia 4 de Agosto de 2014. Deste modo, as últimas contas consolidadas do Grupo BES encontram-se datadas a 30 de Junho do mesmo ano e respeitam às suas contas semestrais. Neste sentido, e conforme referido na metodologia, a análise das exigências da CMVM no que respeita às IFRS irá ser realizada tendo por base a Circular desta entidade reguladora, respeitante às contas semestrais de 2013, por ausência de publicação desta Circular para os exercícios de 2014 e seguintes.

Esta Circular, no que concerne ao destaque das exigências da divulgação de informação das IFRS, apenas refere alguns parágrafos da IFRS 7, conforme se apresenta no seguinte quadro de cumprimento:

2014 – Geral				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
7		X		
16		X		
20	a) a e)	X		
25			X	
31		X		
32		X		
32 ^a		X		

Quadro 12 - Cumprimento IFRS 7 - Geral (2014)

Risco de Crédito				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
33	a)	X		
	b)	X		
	c)			X
34	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
35		X		
36	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
37	a)	X		
	b)	X		
38	a)	X		
	b)			X

Quadro 13 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Crédito (2014)

Risco de Mercado				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
33	a)	X		
	b)	X		
	c)			X
34	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
35		X		
40	a)			X
	b)			X
	c)			X
41	a)	X		
	b)	X		
42		X		

Quadro 14 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Mercado (2014)

Risco de Liquidez				
Parágrafo	Alínea	Cumpre	Não cumpre	Não aplicável
33	a)	X		
	b)	X		
	c)			X
34	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		
35		X		
39	a)	X		
	b)	X		
	c)	X		

Quadro 15 - Cumprimento IFRS 7 - Risco de Liquidez (2014)

De acordo com os quadros de cumprimento apresentados, podemos verificar através do Relatório e Contas Semestral de 2014 do BES, que este cumpre as exigências da CMVM, no que respeita às IFRS com exceção do parágrafo 25.

Neste relatório não foi divulgada toda a informação financeira obrigatória presente neste parágrafo, ou seja, não foi divulgada para todas as rubricas de Ativos e Passivos Financeiros, a informação relativa ao Justo Valor de todos os activos e passivos reconhecidos ao custo amortizado.

Neste sentido, e dada a situação ocorrida nesta instituição financeira poucas semanas depois da publicação deste Relatório e Contas Semestral, bem como o facto de não existir publicação da Circular para este exercício, poderá deixar um alerta sobre a exigência da divulgação semestral de informação financeira de instituições com a dimensão e impacto do BES. Isto porque, ao longo da análise, deparamo-nos com a falta de cumprimento de alguns parágrafos de determinadas IFRS, nomeadamente a 3, a 7 e a 13, no que respeita às contas anuais e o parágrafo 25 da IFRS 7 relativo às contas semestrais, o que poderia levar a entidade reguladora a optar por uma maior exigência relativamente às contas semestrais das entidades.

Em suma, e tendo em conta a informação recolhida e a análise elaborada, é possível depreender que o BES cumpriu com as exigências das IFRS referidas nas Circulares da CMVM, com as seguintes exceções:

- Alínea h), parágrafo B64 da IFRS 3, em 2012 e 2013, relativa à divulgação de valores brutos e riscos de crédito associados a contas a receber do BES Vida
- Alínea d), parágrafo B64 da IFRS 3, em 2013, respeitante às razões subjacentes à aquisição do BESV
- Parágrafos 25 e 26 da IFRS 7, em 2012 e 2013 e parágrafo 25 referente ao primeiro semestre de 2014, relativo à divulgação do justo valor de ativos e passivos reconhecidos ao custo amortizado
- Alíneas c) e e) iv), parágrafo 93 da IFRS 13, em 2013, relativas às quantias, motivos e políticas sobre as transferências entre os diferentes níveis hierárquicos de apuramento do justo valor.

As falhas de divulgações obrigatórias detetadas revelam que o BES mostrou forte relutância em apresentar aos utilizadores das suas demonstrações financeiras informações sobre justos valores de ativos e passivos financeiros, bem como sobre o apuramento de justos valores reconhecidos, principalmente os relativos a elementos que envolvem maiores níveis de julgamento e estimativa. Para além disso, o BES demonstrou relutância em explicar as razões que estão na base de concentrações de atividades ocorridas, em concreto sobre a aquisição de uma subsidiária cujo sistema de controlo interno e transparência de informação foi considerado questionável.

Isto apesar de, e interligando com os estudos desta temática até ao momento, que referem, entre outros fatores que o tamanho da empresa, o tamanho da empresa de auditoria, rentabilidade, liquidez e setor de atividade são

preponderantes para o cumprimento das exigências das IFRS, o BES se apresentava numa posição muito favorável no que respeita a estas variáveis, sugerindo, por essa razão, um grande nível de conformidade com a regulamentação que lhe era aplicável. Com efeito, o BES era considerada a maior instituição financeira portuguesa e era auditado pela KPMG, uma *Big Four*. Para além disto, os rácios de rentabilidade e liquidez sempre estiveram dentro dos limites legalmente exigidos pelos Acordos de Basileia, e operava num sector de atividade fortemente regulamentado.

Saliente-se que, a Auditoria Forense realizada pela Deloitte, a pedido do Banco de Portugal, depois do colapso do banco, e publicado pela Revista Sábado, refere situações como “empréstimos sem avaliação de risco (...), operações de crédito aprovadas por um único administrador (...), descobertos bancários sem limites(...), falhas em matéria de prevenção em branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo(...), diversas insuficiências ao nível do sistema de controlo interno do BES(...), bem como a prática de atos de gestão ruínosa(...)”. A obrigatoriedade do cumprimento destas situações não se encontrava mencionada nas recomendações da CMVM, por serem situações que não são diretamente relacionadas com os normativos contabilísticos, mas sim financeiros e de auditoria, entre outros.

Para além disto, no ano de 2013, e por diversas ocasiões, o Banco de Portugal enviou cartas exigindo informações e medidas relativas à situação do Grupo Espírito Santo. Adicionalmente, importa salientar que, no período posterior ao colapso do BES, o Banco de Portugal determinou a constituição de uma Comissão de Avaliação às Decisões e atuação do Banco de Portugal na Supervisão do BES. Do relatório final emitido por esta comissão, surgiram 19 recomendações ao Banco de Portugal, que incidiram essencialmente em práticas de supervisão e ao nível da regulamentação e legislação.

Conclusão

O estudo e a análise elaborados encontram-se consubstanciados no presente trabalho, que procurou de uma forma clara e sintetizada abordar as temáticas subjacentes à análise de *compliance* aplicada ao caso do Banco Espírito Santo. No decorrer do presente trabalho, o carácter bastante recente e mediático do tema, mas primordialmente a confidencialidade da informação respeitante a todo o processo do Banco Espírito Santo, que ainda decorre nos dias de hoje, constituíram algumas dificuldades na elaboração do mesmo.

No sentido de dar resposta à questão de investigação *“Qual o grau de conformidade das contas do BES com as exigências previstas nas IFRS consideradas pela CMVM mais relevantes?”* foi, primeiramente, elaborado um enquadramento da evolução histórica do Banco Espírito Santo, bem como a organização da sua estrutura societária. Seguidamente, foi realizada a análise ao grau de cumprimento das IFRS, através das recomendações emitidas pela CMVM.

O Banco Espírito Santo foi considerado, nos últimos anos antes da sua dissolução, a maior instituição financeira portuguesa, sendo um banco sólido e de confiança, o que tornam os acontecimentos ocorridos inesperados.

No que concerne à análise ao grau de cumprimento das IFRS, através das recomendações emitidas pela CMVM, foram analisadas as IFRS 3, 7, 8 e 13, sendo esta última IFRS analisada apenas no ano de 2013, por ter sido primeiro ano da sua implementação.

O Banco Espírito Santo, no que respeita à IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, não cumpriu todas as divulgações obrigatórias, em 2012, pela falta de divulgação da informação relativa a valores brutos e risco de crédito de contas a receber adquiridas em concentração de atividades. No ano de 2013, o BES não divulgou no seu Relatório e Contas as principais razões para

a existência da Concentração de Atividades Empresariais entre o BES e o BESV, ficando assim por explicar estas razões tendo em conta que o BESV nos últimos exercícios tinha vindo a apresentar um decréscimo significativo dos seus resultados, e ainda que a aquisição do BESV ocorreu entre o BES e uma entidade do Grupo.

Em relação à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação, o BES não cumpriu com a divulgação da informação financeira obrigatória constante nos parágrafos 25 e 26 na referida norma, nos anos 2012, 2013 e no primeiro semestre de 2014. O BES deveria ter apresentado, no seu Relatório e Contas dos respetivos períodos, informação do justo valor de todos os activos e passivos reconhecidos ao custo amortizado.

No que respeita à IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o BES cumpriu na totalidade com as divulgações obrigatórias exigidas por esta norma. O mesmo não acontece com a IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor, em que o Banco Espírito Santo, no seu Relatórios e Contas, no exercício de 2013, não divulga o detalhe quantitativo do montante transacionado entre níveis hierárquicos do justo valor, designadamente dos níveis 1 e 2 para o nível 3, bem como as inerentes motivações e políticas utilizadas na determinação do momento destas transferências. No exercício de 2013, o saldo de transferência para o nível 3 registou aproximadamente 600 milhões de euros, sendo que no ano anterior a mesma rubrica apresentava um montante de 6,5 milhões de euros. Tendo em conta o aumento bastante significativo destas transferências para o nível 3, significa que os níveis com uma mensuração mais credível (níveis 1 e 2), por serem baseados em cotações de mercado, sofreram reduções significativas que não se encontram devidamente justificadas.

Deste modo, podemos concluir que o grau de conformidade das contas do BES, tendo em conta as exigências previstas nas IFRS consideradas mais relevantes pela CMVM, não é total, devido à falta de divulgação de algumas

exigências nomeadamente no que respeita à IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor.

Bibliografia

- Ana Rosa Fonseca, Francisco González. 2008. "Cross Country Determinants of bank income smoothing by managing loan-loss provisions." *Journal of Banking & Finance* 217 - 228.
- Ball, Ray. 2006. "IFRS: Pros and Cons for Investors." *Accounting & Business Research* 5 - 27.
- Banco Espírito Santo, S.A. 2014. "Relatório e Contas." Lisboa.
- Banco Espírito Santo, S.A. 2013. "Relatório e Contas." Lisboa.
- Banco Espírito Santo, S.A. 1º Semestre de 2014. "Relatório e Contas Intercalar Consolidado e Individual." Lisboa.
- Christopher Hodgdon, Rasoul H. Tondkar, David W. Harless, Ajay Adhikari. 2008. "Compliance with IFRS disclosure requirements and individual analysts' forecast errors." *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* 1 - 13.
- Christopher W. Nobes, Stephen A. Zeff. 2008. "Auditors' Affirmations of Compliance with IFRS around the World: An Exploratory Study." *Accounting Perspectives* 279 - 292.
- Donal Byard, Ying Li, Yong Yu. 2011. "The Effect of Mandatory IFRS Adoption on Financial Analysts' Information Environment." *Journal of Accountig Research* 69 - 96.
- EFRAG. 2013. "Getting a Better Framework – Reliability of Financial Information ."
- Espírito Santo Financial Group, S.A. 2013. "Annual Report & Consolidated Financial Statements ."

- Europeia, Comissão. 2014. "REGULAMENTO (CE) N.º 1126/2008 da Comissão de 3 de Novembro de 2008." 11. Accessed 7 3, 2017. [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REGUL_1126_2008_consol_a_20nov2013\(reg1174\).pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REGUL_1126_2008_consol_a_20nov2013(reg1174).pdf).
- Europeia, Comissão. 2012. "REGULAMENTO (UE) N.º 1255/2012 ." *Jornal Oficial da União Europeia* 1 - 67.
- GES, Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do. 2015. *Relatório Final*. Lisboa: Assembleia da República.
- Group, European Financial Reporting Advisory. 2013. *Getting a Better Framework - Reliability Of Financial Information*. Brussels: Bulletin.
2005. "International Convergence of Accounting Standards: An Investigation on the Use of IAS "Options" Not Acceptable Under US GAAP"." *International Journal of Business Studies* 67 - 86.
- Ioannis Tsalavoutas, Lisa Evans. 2010. "Transition to IFRS in Greece: financial statement effects and auditor size." *Managerial Auditing Journal* 814 - 842.
- Ioannis Tsalavoutas. 2011. "Transition to IFRS and compliance with mandatory disclosure requirements: What is the signal?" *Advances in Accounting* 390 - 405.
- İsmail Ufuk Mısırlıoğlu, Jon Tucker, Osman Yükseltürk. 2013. "Does Mandatory Adoption of IFRS Guarantee Compliance?" *The International Journal of Accounting* 327 - 363.
- Jermakowicz, Eva K. 2004. "Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The evidence from BEL-20 Companies ." *Accounting in Europe* 51 - 70.
- John Preiato, Philip Brown and Ann Tarca. 2015. "A Comparison of Between-Country Measures of Legal Setting and Enforcement of Accounting Standards ." *Journal of Business Finance & Accounting* 1-50.

- John Preiato, Philip Brown, Ann Tarca. 2011. "Mandatory Adoption of IFRS and Analysts' Forecasts: How Much Does Enforcement." *Accounting and Finance Association of Australia and New Zealand* 1- 51.
- Kamran Ahmed, Keryn Chalmers, Hichem Khlif. 2013. "A Meta-analysis of IFRS Adoption Effects." *The International Journal of Accounting* 173-217.
- Kamran Ahmed, Keryn Chalmers, Hichem Khlif. 2013. "A Meta-analysis of IFRS Adoption Effects." *The international Journal of Accounting* 173 - 217.
- Leuz, Christian. 2010. "Different Approaches to Corporate Reporting Regulation: How Jurisdictions Differ and Why." *Chicago Booth Initiative on Global Markets Research* 1 - 68.
- Martin Glaum, Peter Schmidt, Donna L. Street & Silvia Vogel. 2013. "Compliance with IFRS 3- and IAS 36-required disclosures across 17 European countries: company- and country-level determinants." *Accounting and Business Research* 163 - 204.
- Mary E. Barth, Wayne R. Landman, Mark H. Lang. 2008. "International Accounting Standards and Accounting Quality." *Journal of Accounting Research* 467 - 498.
- Mary E. Barth, Wayne R. Landsman, Mark Lang, Christopher Williams. 2012. "Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable?" *Journal of Accounting and Economics* 68 - 93.
- Mobiliários, Comissão do Mercado de Valores. n.d. *Site CMVM*. Accessed 7 3, 2017.
http://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Circulares/Documents/Circular%20semestral%202013_vers%C3%A3o%20final%20corrigida.pdf.
- Site* CMVM. Accessed 7 3, 2017.
[http://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Circulares/Documents/Circular%20Contas%20Anuais%202013%20\(2014-01-24\).pdf](http://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Circulares/Documents/Circular%20Contas%20Anuais%202013%20(2014-01-24).pdf)2017.

- Site CMVM. Accessed 7 3, 2017.
<http://www.cmvm.pt/pt/areaTestes/Circulares/Pages/Circulares.aspx?pg.>
- Mobiliários, Comissão do Mercado de Valores. 2013. *Envio e publicação dos documentos de prestação de contas anuais previstas no artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários e do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008*. Lisboa: CMVM.
- Negócios, Jornal de. 30. *Site Jornal de Negócios*. 04 2015. Accessed 10 26, 2017.
http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/ha_mais_conclusoes_da_auditoria_forense_ao_bes_e_novos_indicios_de_actos_dolosos_de_gestao_danosa.
- Paul M. Healy, Krishna Palepu. 2002. "Governance and Intermediation Problems in Capital Markets: Evidence from the Fall of Enron." *Harvard Nom Working Paper* 52.
- Philip Brown, John Preiato and Ann Tarca. 2014. "Measuring Country Differences in Enforcement of Accounting Standards: An Audit and Enforcement Proxy." *Journal of Bussiness Finance & Accounting* 1-52.
- Philip Brown, John Preiato, Ann Tarca. 2014. "Measuring Country Differences in Enforcement of Accounting Standards: An Audit and Enforcement Proxy." *Journal of Business Finance & Accounting* 1 - 52.
- Portugal, Banco de. 2015. "Carta do Banco de Portugal ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do GES." Carta, Lisboa.
- Portugal, Banco de. 2015. "Comunicado do Banco de Portugal sobre as recomendações da Comissão de Avaliação às Decisões e à Atuação do Banco de Portugal na Supervisão do Banco Espírito Santo, S.A." Lisboa.
- Prinsloo, Alta. 2003. "Compliance with International Financial Reporting Standards - Completed." *International Federation of Accountants*.

- Público. 2015. *Site Público*. 3 7. Accessed 10 26, 2017.
<https://www.publico.pt/2015/03/07/economia/noticia/bdp-esclarece-que-auditoria-forense-ao-bes-foi-acompanhada-por-advogados-1688404>.
- Site Público*. 5 15. Accessed 25 10, 2017.
<https://www.publico.pt/2014/05/15/economia/noticia/bes-sobe-capital-em-mil-milhoes-e-aumenta-prejuizos-1636138/amp>.
- Rijsbergen, Marloes van. 2014. "On the Enforceability of EU Agencies' Soft Law at the National Level:." *Utrecht Law Review* 116 - 131.
- Rodiel C. Ferrer, Glenda J. Ferrer. 2011. "The relationship between profitability and the level of compliance to the International Financial Reporting Standards (IFRS): an empirical investigation on publicly listed corporations in the Philippines." *Academy of Accounting and Financial Studies*.
- Sábado, Revista. 2015. 3 17. Accessed 10 15, 2017.
<http://www.sabado.pt/portugal/politica/detalhe/leia-as-conclusoes-do-relatorio-da-auditoria-forense-ao-bes>.
- Samaha, Khaled, and Hichem Khelif. 2016. "Compliance with IAS/IFRS and its Determinants: A Meta-Analysis." *Journal of Accounting, Business & Management* 41-63.
2017. *Assalto ao Castelo*. Directed by Pedro Sousa Carvalho. Performed by SIC.
- Tarca, Philip Brown & Ann. 2012. "Ten years of IFRS: Practitioners' Comments and Sugestions for Research." *Australian Accounting Review* 319 - 331.
- Vanstraelen, Brenda van Tendeloo & Ann. 2011. "Earnings management under German GAAP versus IFRS." *European Accounting Review* 155-179.
- Vénétie, Banque Espírito Santo & De La. 2013. "Rapport Annual."
- Vénétie, Banque Espírito Santo & De La. 2011. "Rapport Annual."
- Vénétie, Banque Espírito Santo & De La. 2014. "Rapport Annual."
- Vénétie, Banque Espírito Santo & De La. 2012. "Rapport Annuel 2012."

Visão. 2017. *Site Visão*. 3 2. Accessed 10 25, 2017.
<http://visao.sapo.pt/actualidade/economia/2017-03-02-Banco-de-Portugal-alertado-nove-meses-antes-para-os-riscos-da-queda-do-BES>.